

P.S.L
27 OUT 1987 **Perdidos na noite**

Tito Ryff

"Para enfrentar o essencial e rejeitar o acessório, decompor a ação em diversos atos, distribuir a tarefa entre todos de maneira que cada um concorra para o objetivo comum, é preciso que o homem de ação seja capaz de abarcar o conjunto, de atribuir aos diversos fatores sua importância relativa, de discernir sua seqüência e seus limites."

(Em O fio da espada, de Charles de Gaulle)

O Brasil vive talvez a maior crise econômica e social de sua história republicana, mas sua elite política mostra-se incapaz de entender a essência dos problemas que afligem o país. Ainda agora, quando o presidente Sarney pensa em "enxugar" a máquina administrativa do Poder Executivo, reduzindo o número de ministérios, personalidades políticas de expressão nacional apressam-se a sugerir a eliminação, dentre outros, do Ministério do Planejamento. Não chega a surpreender, pois essa seria a consequência política natural do processo de degradação sistemática a que foi submetido o planejamento econômico e social, como atividade de governo, nas últimas décadas.

A elite brasileira esqueceu, com o tempo, que é preciso planejar, prever situações, antecipar o surgimento de dificuldades e problemas, adequar a infra-estrutura do país às necessidades do crescimento econômico futuro, preparar as universidades para o desenvolvimento tecnológico que o Brasil requer e, por ter esquecido, prepara-se, ao contrário do que sugeria de Gaulle, para rejeitar o essencial e enfrentar o acessório. E, no entanto, a recuperação da idéia e da prática do planejamento econômico e social participativo e democrático é um dos instrumentos (mas nem de longe o único) de uma estratégia de reconstrução nacional.

Para começar, a idéia de planejamento pressupõe o debate e a discussão prévia em torno dos objetivos econômicos e sociais a alcançar. Discussão não apenas com os técnicos e especialistas de cada área mas, também, com os partidos políticos representados no Congresso e com a sociedade organizada, principalmente sindicatos patronais e operários. Ou seja, isto que a Nova República tenta fazer, de forma canhestra e desastrada, há três anos, acontece, de forma natural e espontânea, no quadro de um sistema institucionalizado de planejamento democrático. Sociedades politicamente mais adiantadas do que a nossa já descobriram, há muito tempo, que o planejamento institucionalizado oferece um espaço político privilegiado para a negociação social. Na França, o sistema de planejamento, de valor meramente indicativo das intenções do governo e dos agentes econômicos e sociais, desdobra-se em diversas comissões setoriais, compostas por técnicos do governo, representantes do

empresariado e líderes dos sindicatos de trabalhadores, que discutirão os objetivos de investimento, produção, geração de emprego, inovação tecnológica etc. do setor em que atuam, de acordo com as metas macroeconômicas fixadas pelo governo para um período de cinco anos.

O resultado deste exercício de democracia nem sempre é a prosperidade econômica. O plano é meramente indicativo e seus objetivos podem ser frustrados pela evolução adversa da conjuntura econômica mundial, por exemplo. Mas ganha a sociedade francesa com o aprendizado do diálogo entre governo, patrões e trabalhadores, com a socialização da informação, e com o fortalecimento da coesão social. Formam-se minipactos sociais que estabelecem metas de aumento da produtividade, acréscimos reais de salários, vantagens sociais para os trabalhadores e regras de estabilidade no emprego para setores específicos da indústria francesa, em função da convivência entre empresários e operários que o planejamento institucionalizado permite.

O Brasil, ao contrário, fez questão de destruir, nas últimas décadas, o embrião do planejamento institucionalizado que existia no país. O resultado é o império do casuismo técnico e econômico, as Transamazônicas de ontem e de hoje, a falta de um compromisso político, econômico e social nítido do governo perante a nação, a crescente incerteza com relação aos propósitos do governo no âmbito do empresariado e na sociedade em geral. Houve tempo em que um ministro do Planejamento pôde se dar ao luxo de afirmar: "Dêem-me o ano e fiquem com a década". E explicava, para quem não tinha entendido: "Preocupo-me apenas com o desempenho anual da economia, pois é óbvio que dez anos bons formam uma década excelente". Vivíamos o começo dos anos 80 e o ministro enganava-se redondamente. A década de 80 parece perdida para o Brasil. A renda per capita dos brasileiros acha-se praticamente estagnada há sete anos e a situação das nossas contas externas é hoje mais crítica do que era em 1979.

A Constituinte parece ter deixado escapar a oportunidade de plantar no país a semente do planejamento participativo e democrático, apesar da iniciativa neste sentido de alguns deputados. Talvez não tenha sido tanto por conservadorismo, mas por temor. Pois essa Constituinte mostra-se sobretudo temerosa de dotar o país dos instrumentos de diálogo e convívio social capazes de transformá-lo numa nação moderna e democrática. Resta esperar que o governo, neste final de mandato, ofereça à sociedade brasileira a oportunidade de discutir, de forma organizada e sistemática, o seu próprio destino. E não faça como um conhecido animador de televisão, responsável por um programa com o título sugestivo de "Perdidos na Noite", que conclama os telespectadores de forma jocosa: "Venham conosco. Quem está perdido não escolhe caminho".

Tito Ryff, ex-secretário municipal de Planejamento do Rio de Janeiro, é economista